

WANDSON WAGNER AZEVEDO SOUZA

**A IMAGEM DA LÍNGUA E A POSIÇÃO LINGUISTA-GRAMÁTICO  
NA “NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO”**

Monografia apresentada ao curso de Letras da  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG,  
como requisito parcial para a obtenção do título de  
Licenciado em Letras.

**ORIENTADOR:**

**Prof. Dr. Washington S. de Farias**

**Campina grande**

**2012**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS

WANDSON WAGNER AZEVEDO SOUZA

A IMAGEM DA LÍNGUA E A POSIÇÃO LINGUISTA-  
GRAMÁTICO NA “*NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS  
BRASILEIRO*”

Campina Grande

2012

**WANDSON WAGNER AZEVEDO SOUZA**

A IMAGEM DA LÍNGUA E A POSIÇÃO LINGUISTA-  
GRAMÁTICO NA “*NOVA GRAMÁTICA DO  
PORTUGUÊS BRASILEIRO*”

Monografia apresentada ao Curso de Letras da  
Universidade Federal de Campina Grande –  
UFCG, como requisito parcial para obtenção  
do título de Licenciado em Letras.

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Washington S. de Farias – UFCG  
(Presidente – Orientador)

---

Prof. Dra. Maria Angélica de Oliveira – UFCG  
(Examinadora)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta monografia a minha família, pela fé e confiança demonstrada.

Aos meus amigos, pelo apoio incondicional.

Aos professores, pelo simples fato de estarem dispostos a ensinar e terem contribuído com a minha educação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço minha família, em especial a minha Mãe, pelo incentivo e colaboração, principalmente nos momentos de dificuldade.

Agradeço aos meus amigos, com menção honrosa a Simone Silva, pelo companheirismo reconfortante nas horas difíceis, pelo auxílio nas dificuldades, e principalmente por estarem comigo nesta caminhada, tornando-a mais significativa e agradável.

Ao meu orientador, pela paciência e atenção durante o trabalho.

## RESUMO

A produção de gramáticas no Brasil está tradicionalmente atrelada a uma visão normativa da língua. Considerando que os instrumentos linguísticos são um lugar de ocupação de significação da língua, pode-se dizer que as gramáticas normativas exercem uma grande influência na forma como os falantes se relacionam o seu próprio idioma. Há tempos, o tradicionalismo das gramáticas normativas é alvo de críticas, que partem, sobretudo, dos linguistas. A Linguística aponta as limitações do modelo tradicional e prova, através de pesquisas científicas, que a língua não é homogênea, e que os usos referendados nas gramáticas tradicionais não correspondem à realidade linguística dos falantes. O recente surgimento das gramáticas dos linguistas representa novos lugares de significação da língua no/do Brasil e da própria autoria de gramática – a posição *linguista-gramático*. Assim, com este trabalho, temos o intuito de investigar o discurso das gramáticas dos linguistas, tomando como unidade geral de análise a *Nova Gramática do Português Brasileiro* (CASTILHO, 2010). O objetivo geral é analisar, no discurso dessa gramática, como se constitui a imagem da língua e do autor de gramática, no caso o linguista-gramático. Escolhemos a referida obra por acreditar que ela é fruto de anos de pesquisas no âmbito da Linguística no Brasil e por ela se propor a ser uma gramática do português efetivamente utilizado no Brasil, como indica o seu título. Nossa pesquisa se apoia teoricamente na Análise de Discurso de linha francesa, campo de conhecimento que busca compreender as práticas de linguagem enquanto discurso, tomado este como um lugar de produção de sentidos e de construção de identidades, bem como de relações entre diferentes posições de sentido. Quanto à metodologia, selecionamos, na gramática escolhida para nosso *corpus*, a Introdução e o Capítulo 1 como nossas unidades de análise. O desenvolvimento do trabalho consiste basicamente na análise de como se configura a posição de autor linguista-gramático e, em seguida, no exame da imagem da língua proposta pela gramática. Destacamos, por fim, a construção de sentidos para a imagem da língua como um multissistema. Demonstramos como uma nova posição de sujeito está se configurando no Brasil: a de linguista-gramático, bem como a imagem da língua se situa em um intercâmbio discursivo, no qual diferentes enfoques do estudo linguístico se complementam.

**Palavras-chave:** Gramatização brasileira contemporânea. Língua. Sujeito. Discurso.

# Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO</b> .....	9
2.1 O CAMPO DE CONHECIMENTO DA AD: ORIGEM, OBJETOS E OBJETIVOS .....	9
2.2 O DISCURSO E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO .....	10
2.3 A QUESTÃO DO SUJEITO E DA AUTORIA EM AD .....	11
2.4 OS ESTUDOS GRAMATICAIS E LINGUÍSTICOS E A QUESTÃO DA LÍNGUA NO/DO BRASIL .....	12
2.4.1 A língua portuguesa no Brasil no séc. XIX .....	12
2.4.2 A língua portuguesa no Brasil no séc. XX .....	14
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	17
3.1 DESCRIÇÃO DO CORPUS .....	18
<b>4. UMA NOVA PERSPECTIVA DA PRODUÇÃO GRAMATICAL DO BRASIL</b>	20
4.1 A IMAGEM DO AUTOR DE GRAMÁTICA .....	20
4.2 A IMAGEM DA LÍNGUA .....	23
4.3 A LÍNGUA COMO UM MULTISSISTEMA .....	33
<b>CONCLUSÃO</b> .....	36
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	39
<b>ANEXOS</b> .....	40

## 1. INTRODUÇÃO

A produção de gramáticas no Brasil passou por diferentes fases de acordo com a visão de língua que se tinha em determinada época. Do século XVI ao XVIII, a produção de instrumentos linguísticos apenas referendava os usos linguísticos de acordo com a forma lusitana; a partir do século XIX, com a crescente autonomia do nosso país, a língua também estava adquirindo uma identidade nacional, o que foi refletido nas produções gramaticais da época que já apontavam algumas particularidades do português falado no Brasil. No entanto, a visão de língua portuguesa ainda estava muito atrelada ao português europeu.

A partir do século XX, sobretudo com a difusão dos estudos linguísticos no Brasil, os estudiosos da linguagem passaram a ver a língua nacional como efetivamente brasileira. As descrições linguísticas, realizadas através de diversas pesquisas, sobretudo no campo da sociolinguística, atestaram a diversidade do português no Brasil e suas diferenças latentes em relação ao português europeu. Com isso, originou-se um diversificado campo de produção teórica para tratar da língua utilizada pelos falantes brasileiros.

Atualmente, produções gramaticais realizadas por linguistas surgem como uma nova proposta de ver e estudar a língua, representando uma tentativa de romper com o velho discurso gramatical para estar a par com os estudos da Linguística. Nessa perspectiva, no ano de 2010, duas gramáticas, assinadas por linguistas, chegaram ao mercado quase que simultaneamente, e ambas prometendo traçar um perfil do português efetivamente utilizado pelos brasileiros: a *Gramática do Português Brasileiro*, de Mário de A. Perini (PERINI, 2010) e a *Nova Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba T. de Castilho (CASTILHO, 2010).

Fruto das pesquisas linguísticas no Brasil, a *Nova Gramática do Português Brasileiro* – doravante NGPB – parece responder à demanda alimentada ao longo de décadas por uma gramática do português efetivamente utilizado no Brasil. Esse é um dos motivos de termos escolhido essa obra como unidade de análise de nossa pesquisa sobre a imagem da língua e da posição linguista-gramático.

Este trabalho analisa como se configura a posição de sujeito *linguista-gramático*. Para nosso intuito, realizamos uma análise da Introdução da NGPB, na qual o autor procura esclarecer o seu objetivo de produzir uma gramática, contribuindo com mais um instrumento linguístico de referência no Brasil.

Observamos, em nossa pesquisa, as relações e movimentos de sentido que se materializam no discurso da NGPB na construção de uma certa imagem da *língua*. Sob a perspectiva da Análise do Discurso, identificamos quais filiações discursivas se entrecruzam na definição de língua concebida pela referida gramática. A partir disso, analisamos como o discurso do linguista-gramático movimenta outros discursos para constituir a sua própria visão de língua, à procura de dar consistência científica ao seu objeto de estudo.

Considerando que a NGPB foi lançada recentemente (2010) e que ela se propõe a ser uma gramática do português brasileiro, acreditamos ser relevante um estudo que procure esclarecer como a visão de língua é concebida nessa obra, sobretudo por essa gramática ser fruto de numerosas pesquisas linguísticas comprometidas com o estudo científico da linguagem. A NGPB, portanto, merece imediata investigação no âmbito acadêmico, posto que a referida obra produzida por um autor-linguista, finalmente, responde à tão esperada materialização de uma gramática científica do português brasileiro.

O objetivo geral de nosso trabalho é compreender o funcionamento do discurso da NGPB na constituição da imagem do linguista-gramático e da língua objeto dessa gramática.

Partindo desse objetivo geral, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- Compreender como se caracteriza, na *Introdução* da NGPB, a posição sujeito *linguista-gramático*;
- Compreender, a partir da análise do Capítulo 1 da NGPB, como o discurso da referida obra mobiliza e movimenta sentidos para constituir sua posição sobre o que é língua.

A base teórica do nosso trabalho terá alicerce nos conceitos fundamentais da Análise do Discurso de linha francesa, divulgada no Brasil por autores como Brandão (2004) e Orlandi (2001). Além desses autores, consultamos textos complementares – artigos, análises – que, de certa forma, nos serviram de modelo para a nossa análise.

Nesta pesquisa, trabalhamos com a noção de *discurso*, tomado como a língua em funcionamento, a palavra em ação, que tem em sua base a relação histórica com outros discursos (*interdiscurso*). De acordo com essa perspectiva, nenhum discurso surge do nada e nenhum discurso é neutro, visto que há sempre uma relação do texto com a sua exterioridade, pois o discurso está sempre inserido em um contexto socio-histórico que também o constitui. Tendo como objeto teórico o discurso, o intuito de nossa análise, assim, é identificar na NGPB as filiações de sentido dos textos selecionados, ou seja, o modo de funcionamento discursivo (aproximações, rupturas, permanências, negações etc.) e de configuração de posições de sujeito (gramático, linguista, linguista-gramático) na obra em questão.

Do ponto de vista de sua organização, este trabalho se constitui desta Introdução, na qual procuramos delinear, de maneira geral, a nossa pesquisa. Após essa primeira parte, buscamos, no capítulo 2 (Fundamentação Teórica), esclarecer os principais conceitos do campo da Análise do Discurso, pertinentes para nossa análise, bem como teceremos algumas considerações relevantes acerca dos estudos linguísticos e gramaticais realizados no Brasil. Em seguida, delimitamos, no capítulo 3 (Metodologia), os procedimentos adotados na pesquisa e o *corpus* de nosso trabalho. Por fim, no capítulo 4, realizamos a análise, que será dividida em duas partes. Na primeira delas, consideramos a questão da imagem do sujeito-autor *linguista gramático*; na segunda, analisamos a construção da posição discursiva da NGPB sobre a língua.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 O CAMPO DE CONHECIMENTO DA AD: ORIGEM, OBJETO E OBJETIVOS

Em diferentes épocas dos estudos da linguagem, foram diferentes as formas de se estudá-la. A Análise de Discurso, uma dessas formas de estudo da linguagem, teve seu início na década de 60 do século XX, porém o estudo da língua em funcionamento já se apresentara em épocas anteriores sob outras perspectivas, que de certa forma, abriram o caminho para a AD. Podemos mencionar os estudos retóricos da Antiguidade, a semântica histórica do século XIX, e os estudos dos formalistas russos no século XX como prenúncios de análises que buscavam regularidades nos textos que lhes serviam de objeto.

A Análise de Discurso surge, então, com um novo aparato teórico para a leitura, estabelecendo-se, sobretudo, como uma teoria de interpretação. Nessa perspectiva, a linguagem é analisada em sua historicidade e como produtora de sentidos. A linguagem, nesta acepção, não se limita à língua nem à gramática, pois o seu objeto de estudo é o *discurso*. De acordo com Orlandi (2001), entende-se por discurso a prática da linguagem, ou seja, a palavra em movimento; para essa autora, “Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.” (ORLANDI, 2001, p.15).

Para a Análise de Discurso, o trabalho simbólico da linguagem é uma mediação entre o homem e a realidade natural e social (ORLANDI, 2001). Através da linguagem, torna-se possível a permanência, o deslocamento, a transformação do sujeito e da realidade existente. Portanto, a AD – diferentemente de uma visão sistêmica e homogênea da língua –, trabalha com a língua em movimento, considerando a produção de sentidos.

Seguindo essa linha de pesquisa, analisa-se a relação entre a linguagem e a sua exterioridade. Para identificar regularidades na comunicação, analisam-se os sujeitos envolvidos na comunicação e suas relações com os processos e condições de produção da linguagem. Assim, a AD não se limita aos conhecimentos linguísticos, mas também se utiliza de conhecimentos históricos e sociais a fim de conhecer, com mais efetividade, o modo de produção de sentidos da língua em um determinado contexto.

A AD é um campo de estudo que tem a singularidade de poder explorar de muitas maneiras as relações com o simbólico, posto que o seu dispositivo analítico pode ser constituído de elementos como: a natureza dos materiais analisados, a questão colocada, as diferentes teorias dos distintos campos disciplinares.

## 2.2 O DISCURSO E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Do ponto de vista da pesquisa em AD, o *discurso* é percebido em sua historicidade, bem como pela sua relação com as suas *condições de produções*, ou seja, além dos elementos linguísticos, os aspectos *exteriores* à língua indicam a natureza dos processos discursivos. Ao analista do discurso, cabe identificar os vestígios deixados pelos *efeitos de sentido*, que são produzidos em condições determinadas.

Por isso é imperioso, na pesquisa em AD, o conhecimento das *condições de produção*, ou seja, o momento histórico em que se insere o discurso, a posição social do *sujeito-autor* que detém o discurso, o público a que se destina o texto, como também a sua materialidade linguística, isto é, o meio por que foi divulgado (no caso do objeto deste trabalho: uma “gramática”).

Considerando esses elementos essenciais da pesquisa em AD, nos focamos na análise do nosso objeto: a NGPB, que está inserida em um contexto histórico e, portanto, em relação com os discursos que se entrecruzam no campo da Linguística. Para situar a NGPB na história das ideias linguísticas, é importante levar em consideração o momento histórico em que se insere a gramática neste século XXI, ou seja, as circunstâncias de enunciação que envolvem o surgimento da NGPB.

As relações entre os discursos já existentes, sugeridas acima, constituem o *interdiscurso*: definido como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2001, p. 31). O *interdiscurso* contribui e se relaciona com o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. Tendo em vista essa relação, se faz pertinente para nosso estudo o conceito de *memória discursiva*:

No nível da intertextualidade interna, interior ao campo, a toda formação discursiva se vê associar uma memória discursiva. É a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas. É ela que permite (...) o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que supõe o enunciado inscrito na história (BRANDÃO, 2001, p.96)

A relação interdiscursiva entre a memória e o discurso possibilita a inserção do discurso em um contexto histórico, ou seja, o inscreve em uma continuidade histórica, dando coerência a sua existência dentro de um contexto. Vale salientar a distinção entre interdiscurso e intertextualidade. Enquanto o interdiscurso se refere à relação do discurso com a memória, com o já-dito, como saber discursivo, a intertextualidade restringe-se à relação de textos com outros textos.

### 2.3 A QUESTÃO DO SUJEITO E DA AUTORIA EM A D

A língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente para a constituição de sujeitos. Isto quer dizer que o sujeito é necessariamente afetado pela língua e pela história para se constituir como tal, ou seja, ele é submetido ao simbólico.

É importante frisar que o sujeito discursivo é pensado como uma “posição” entre outras. Nesse sentido, o indivíduo ocupa um “lugar” para ser sujeito do que diz. No entanto, a incompletude da linguagem – condição primordial em AD – faz com que essa posição de sujeito se movimente, se desloque e, também, haja rupturas através do espaço discursivo:

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/ poder/ dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas. (ORLANDI, 2001, p. 53)

Mesmo que o sujeito e o discurso sejam incompletos e dispersos, eles são regidos pela força imaginária da unidade. Daí o processo de autoria como uma função do sujeito para construir a sua própria identidade. Nesse sentido, a função-autor é uma função-discursiva do sujeito. Esta função é determinada pela exterioridade (o contexto

sócio-histórico) bem como pelas noções de coerência, clareza, responsabilidade etc. Porém não basta falar para ser autor, pois as posições de sujeito estão inseridas em contextos históricos e são marcadas por características que identificam o seu papel social.

Considerando tais distinções, em nossa pesquisa, o autor na NGPB será tomado na *posição-sujeito* linguista-gramático. Nessa perspectiva, através do dispositivo da AD, buscamos identificar as filiações históricas do discurso presente na NGPB, as posições de sujeito envolvidas e como o sujeito-autor sustenta a sua concepção de língua diante do vasto campo teórico das ideias gramaticais e linguísticas no Brasil. Pretendemos, dessa maneira, situar o lugar da NGPB na sociedade, mais especificamente, no contexto dos estudos linguísticos no Brasil, levando em consideração os aspectos que a diferenciam dos demais instrumentos linguísticos produzidos referentes à língua portuguesa.

## 2.4 OS ESTUDOS GRAMATICAIS E LINGUÍSTICOS E A QUESTÃO DA LÍNGUA NO/DO BRASIL

### 2.4.1 A língua portuguesa no Brasil no século XIX

Ao revisitar os dados históricos de como se configurou a língua portuguesa no Brasil, podemos observar que o embate entre as posições puristas acerca da língua e daqueles mais abertos às inovações no idioma data da época da autonomia política do nosso país em relação a Portugal, autonomia esta que exigiu uma identidade do Brasil e um melhor entendimento de qual seria realmente o idioma do país.

Paradoxalmente ao que se poderia prever da relativa independência do Brasil em relação a Portugal, no século XIX, houve uma lusitanização da língua portuguesa em nosso território. De acordo com Faraco (2008), este fato pode ser verificado na comparação entre os textos constitucionais de 1824 e de 1891, no qual o segundo apresenta formas linguísticas menos condizentes com a realidade do Brasil (mais aproximadas do português europeu) do que o primeiro texto. Vale ressaltar que existem motivações claramente sócio-políticas que influem diretamente nesses usos da linguagem.

A questão é mais evidenciada quando o linguista citado nos diz que apesar de o Brasil almejar a sua independência política, não havia o interesse da elite de abandonar os costumes europeus. Havia a emancipação, mas, simultaneamente, também existia o desejo de manter uma sociedade branca e européia. Isso se reflete nos embates linguísticos promovidos naquele século, nos quais se destacam as polêmicas discussões travadas entre José de Alencar e os que condenavam a sua escrita, tida como “desleixada, frouxa”. No entanto, podemos observar que mesmo as posturas moderadas, que aceitavam as diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal, ainda eram contidas no que dizia respeito à diversidade linguística no interior do país.

Nesse panorama, podemos simplificar a questão colocando lado a lado as concepções de língua que entravam em conflito. De um lado, havia o embate entre o português culto do Brasil e o de Portugal. Não se podia negar que as formas utilizadas no Brasil (a colocação pronominal é o exemplo clássico) se diferenciavam dos usos ocorridos em território lusitano. Por outro lado, também se configurava a questão das diferenças internas entre o português no Brasil, pois a fala utilizada pela elite brasileira não era o retrato da língua do povo, isto é, da maioria.

Com essas discussões *aparentemente* linguísticas (tal questão é mais abrangente), não se podia ignorar a influência da política, das classes sociais, da escolaridade e de características da sociedade em geral, como aspectos diretamente ligados à determinação do que seria a língua exemplar do Brasil. Já se notava, pois, a dificuldade – que perdura até hoje – de padronizar a língua levando em consideração os usos reais e plurais do idioma. A postura mais flexível do contexto do século XIX procurava fazer reformas na escrita culta brasileira, mas com limites em relação às falas populares. Já os conservadores, mantinham o ideal de que o português lusitano era superior por ser mais puro e, por isso, esse seria o modelo a ser preconizado no Brasil.

Nesse contexto, começavam a surgir algumas das inquietações que ocupariam os estudiosos da língua anos depois, tais como: quais seriam as boas e as más inovações da língua? Ou seja, quais formas constituíam deturpações do idioma e quais ofereciam um enriquecimento e uma identidade nacional à língua? Quais critérios a serem adotados na fixação de uma norma padrão? Cumpre frisar que no século XIX, os estudiosos da linguagem ainda se pautavam no que Faraco (2008) chama de “cultura do erro”, cujo método, se é que podemos chamar assim, se baseava na dicotomia reducionista do certo e do errado.

Desse modo, alguns usos eram tidos como aceitáveis e todos os outros eram

desvios da língua que deviam ser evitados. Para citar um exemplo, podemos citar o clássico caso da colocação pronominal, enquanto no Brasil havia (e há) a tendência natural para o uso do pronome oblíquo no início da oração (ex.: Me empresta o livro), os livros de referência insistiam (e ainda insistem) em referendar esta forma de falar como sendo errada, equivocada. Esse tipo de pensamento deixou resquícios que perduram até hoje. Mesmo depois dos profícuos estudos da linguística no século XX, os falantes têm a ideia de que falam erroneamente e que precisam aprender a falar certo. Na verdade, trata-se apenas do caráter heterogêneo da língua, em que não é questão de aprender a falar correto, mas de adquirir a variante mais prestigiada da língua como um meio de incorporação a situações mais monitoradas, isto é, que exigem um maior grau de formalidade.

Neste contexto do século XIX, os produtores de gramática daquela época (pessoas ligadas à burguesia, fortemente influenciadas pela cultura europeia) e suas respectivas obras buscavam legitimar a “língua correta” através de modelos lusitanos e autores consagrados. A função do gramático, em geral, era dizer o que estava certo e o que estava errado no português falado no Brasil. Como reflexo de uma sociedade dividida, grosso modo, entre uma minoria prestigiada que tinha acesso à educação e o povo (escravos, mestiços, pobres etc.), a língua das pessoas de prestígio era imposta através de gramáticas produzidas por e para uma minoria privilegiada.

#### **2.4.2 A língua portuguesa no Brasil no século XX**

A partir do século XX, a Linguística tomou uma postura inovadora em relação à língua, pondo em xeque o prestígio da norma normativo-prescritiva, conforme assinala (SILVA, 1997). Dois fatores podem ser mencionados como cruciais para essa nova postura linguística: o rompimento com a precedência da língua escrita sobre a língua falada; e, também, o rompimento com a postura de que só a variedade culta devia ser objeto de estudo. Foi com *Ferdinand de Saussure*, no século XX, que houve o propósito de iniciar um estudo da língua como disciplina autônoma, independente das outras disciplinas, e com uma matéria científica própria.

Diante da postura científica da linguagem, que se propôs a estudar estrutura da língua objetivamente sem fins prescritivos, surgiu o questionamento a respeito das gramáticas. Seriam as gramáticas abandonadas? Câmara Jr. (1985) nos esclarece a questão ao diferenciar duas disciplinas semelhantes, porém independentes. São elas a

*gramática descritiva*, cujo papel é descrever o seu objeto de estudo tal como ele é; e, por outro lado, a *gramática normativa*, que seria uma espécie de “linguística aplicada a um fim de comportamento social”. Portanto, segundo o linguista, não haveria a necessidade do abandono das gramáticas, pois “a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva” (CÂMARA JR., 1985).

Pode-se entender que a linguística descritiva abriu espaço para a análise dos usos correntes da língua que eram ignorados ou estigmatizados pelo normativismo tradicional. Vemos que a heterogeneidade da língua, ou seja, a variação linguística já era objeto de estudo dos linguistas brasileiros nos anos 1970. Isto fica claro quando o linguista afirma: “A norma não pode ser uniforme e rígida. Ela é elástica e contingente, de acordo com cada situação social específica” (CÂMARA JR., 1985:16). Nesse contexto, surge outra questão que diz respeito à variação: se a língua é variável no espaço e na hierarquia social, ou ainda conforme a situação social, *que língua a gramática deve descrever?* Mattoso, mais uma vez, ilumina a questão ao ressaltar que a gramática descritiva pode escolher o seu campo de observação, e isso vai depender do objetivo do estudo. Caso esse objetivo seja o ensino, então:

a escolha está de certo modo predeterminada. A descrição não tomará por base, evidentemente, uma modalidade popular ou remotamente regional. Muito menos vai assentar num uso elaborado e sofisticado, como é, por exemplo, a língua da literatura. Partirá do uso falado e escrito considerado ‘culto’, ou melhor dito, adequado às condições ‘formais’ de intercâmbio lingüístico. (CÂMARA JR., 1985, p. 16)

O linguista *Eugênio Coseriu* já atentava para a necessidade da delimitação do objeto na descrição linguística, pois seria impossível descrever uma língua na sua totalidade. Desta maneira, a descrição linguística deveria ocorrer sobre uma *língua funcional*, que seria a escolha de um ‘dialeto’, considerado em determinado ‘nível’ e num determinado ‘estilo’. Com isso, o autor não quer dizer que todo falante domina apenas um dialeto, mas ao contrário, ele afirma que “todo falante conhece, pelo menos até certo ponto, mais de uma língua funcional” (COSERIU, 1980, p. 115). Fica claro que a visão de uma língua homogênea estava superada, e a diversidade (heterogeneidade) era um aspecto relevante para os estudos linguísticos.

No entanto, o desafio que está na base da questão das variedades e da descrição-funcional é a maneira de conciliar a homogeneidade do objeto da descrição e o saber idiomático real do falante. Tentando resolver esse impasse, Coseriu diz que:

Para tal fim, será, certamente, preciso escolher como objeto principal da descrição uma língua funcional determinada, porém, por outro lado, toda vez que se apresentar a necessidade, será também preciso descrever paralelamente, como ‘desvio’ possível dessa língua, o que os seus próprios falantes sabem (pelo menos passivamente) acerca de outras línguas funcionais (COSERIU, 1980: 116)

O desenvolvimento das pesquisas linguísticas no Brasil, com vasta produção de pesquisadores brasileiros, não acarretaram mudanças significativas nas gramáticas do português, que continuaram a seguir os preceitos do certo / errado. Existiram, sobretudo a partir dos anos de 1980 -- com a abrangência da sociolinguística, iniciativas isoladas de produção de obras da língua portuguesa com base linguística (Ex. *Gramática de usos do português*, de Maria Helena Moura Neves), porém podemos dizer que se constituíram como exceções na produção gramatical. Com o avanço dos estudos linguísticos e a exígua assimilação desses estudos pelos autores gramáticos, uma distância cada vez maior se fez entre o conhecimento acadêmico da linguagem e o conhecimento de língua presente nas gramáticas tradicionais.

Chegando ao século XXI, temos o surgimento de gramáticas do português brasileiro produzidas por linguistas, como é o caso da *Nova Gramática do Português Brasileiro* (CASTILHO, 2010) e da *Gramática do Português Brasileiro*, de Mário de A. Perini (PERINI, 2010). Ainda é cedo para dizer se elas constituem de fato uma mudança significativa no panorama da produção gramatical no Brasil, mas um novo direcionamento pode ser visto nessas duas obras. Ambas destacam a especificidade do português *brasileiro*, se contrapondo à visão comumente aceita da uma homogeneidade entre o português do Brasil e o de Portugal.

O lugar de sujeito-linguista e de sujeito-gramático, historicamente separados e muitas vezes conflitantes, se aproximam com a proposta de gramáticas produzida por linguistas. Tendo em vista os autores envolvidos como sujeitos históricos, podemos dizer que a posição de linguista-gramático se constitui como uma posição em curso para os sujeitos envolvidos na produção gramatical brasileira.

### 3 METODOLOGIA

Neste trabalho, tomaremos como unidades de análise (*corpus*) recortes textuais de partes selecionadas (Introdução e Capítulo 1 - anexos) de uma gramática do português, publicada por um linguista, a saber: *A nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba T. de Castilho (CASTILHO, 2010). Para a análise desse material e das questões sobre ele anteriormente colocadas, adotaremos princípios e procedimentos do campo de conhecimento da Análise de Discurso (AD).

Realizar a análise de instrumentos linguísticos à luz da Análise do Discurso implica relacionar esses instrumentos com a História da Linguística. Tal método de análise nos ajuda a compreender os processos de produção desses instrumentos no Brasil.

A partir dessa perspectiva, selecionamos a *Nova Gramática do Português Brasileiro* (CASTILHO, 2010) como o instrumento linguístico-histórico de nossa análise; o seu autor é visto como um sujeito discursivo, representante da posição linguista-gramático.

Dentre os processos discursivos que serão analisados, procuramos compreender:

- Como se caracteriza, no discurso das NGPB, a posição sujeito *linguista-gramático*;
- Como a NGPB mobiliza e movimenta sentidos para constituir sua posição sobre a língua.

O primeiro ponto procura compreender como funciona o discurso da gramática para legitimar a posição de sujeito-autor, levando em consideração o novo direcionamento da gramática em questão. O segundo ponto busca analisar como ele movimenta outros discursos para construir o seu próprio discurso sobre a língua, ou seja, o que o particulariza em relação aos demais discursos.

A gramática estará sendo tomada nesta pesquisa como lugar de produção de sentidos para a língua, ou seja, como discurso. Não é nosso objetivo fazer uma análise isolada da NGPB e suas concepções teóricas em si. De acordo com o direcionamento que propusemos à nossa análise, importa-nos as relações entre as posições de sentido que pudemos identificar, bem como as filiações teóricas e suas contribuições para a

configuração do sujeito linguista-gramático e da imagem da língua proposta pela gramática.

### 3.1 DESCRIÇÃO DO *CORPUS*

Nossas unidades de análise fazem parte da *Nova Gramática do Português Brasileiro*, fruto de anos de pesquisa e trabalho do eminente linguista Ataliba T. Castilho. A gramática veio ao mercado muito recentemente, data do ano de 2010. Todavia, a sua relevância não se caracteriza apenas por ser uma gramática recém-lançada. A sua importância reside na proposta de produzir uma gramática do português com base na língua efetivamente utilizada pelos falantes.

Ciente de sua obra “altamente inovadora”, nas palavras do prefácio de Rodolfo Ilari, Ataliba inicia a sua gramática fazendo um mapeamento geral dos conhecimentos linguísticos e da história do português no Brasil. Verificamos isso nos três primeiros capítulos, que se intitulam respectivamente: 1. *O que se entende por língua e por gramática*; 2. *Os sistemas linguísticos* e 3. *História do português brasileiro*. Assim, nesses capítulos preliminares, o linguista expõe a sua concepção de linguagem que estará na base dos capítulos posteriores, que serão “a gramática” de fato, no sentido de ser uma descrição da língua.

Dando continuidade a essa parte preliminar, o autor dedica o capítulo 4 de seu livro, intitulado “*Diversidade do português brasileiro*”, a expor os fatores que fazem com que a língua varie de acordo com o espaço geográfico, com a posição sociocultural, com as variações individuais (registro formal ou informal, idade, sexo). O capítulo seguinte 5. *A conversação e o texto* destaca elementos de situações de diálogos (com os turnos conversacionais, os marcadores discursivos etc.) e também da língua no nível textual. Esses cinco primeiros capítulos encerram a parte da gramática que pode ser vista como uma introdução ao universo linguístico de forma mais abrangente do que as gramáticas tradicionais costumam mostrar.

A partir do sexto capítulo, Ataliba inicia o que acreditamos ser o seu principal desafio: *descrever o português brasileiro*. Como atesta Ilari, com perspicácia ao se referir à gramática em questão, a obra de Ataliba é ambiciosa e consciente de sua importância, pois “*ela se propõe a ser uma prova concreta de que é possível fazer*

*gramática de um modo inteiramente novo em relação ao que a tradição nos tem legado” (CASTILHO, 2010, p.29).*

A primeira parte de nossa análise, referente à imagem do linguista-gramático, se concentrará na análise da Introdução da NGPB (em anexo), na qual o autor esclarece os objetivos da sua obra e o seu papel como um linguista produtor de gramática. A segunda etapa da análise, referente ao discurso da língua na NGPB, repousa no Cap. I “O que se entende por língua e por gramática (em anexo)”, onde o autor esclarece a sua visão de língua de acordo com a teoria multissistêmica.

## 4 UMA NOVA PERSPECTIVA NA PRODUÇÃO GRAMÁTICAL DO BRASIL

### 4.1 A IMAGEM DO AUTOR DE GRAMÁTICA

Ataliba C. de Castilho, o autor da “Nova gramática do português brasileiro” (2010), é um linguista atuante nas pesquisas linguísticas do Brasil. Ele teve papel fundamental para a difusão dos estudos sociolinguísticos no meio acadêmico dos cursos de Letras em nosso país, contribuindo para o reconhecimento das variedades linguísticas do português brasileiro. Ao propor e conceber uma gramática do português brasileiro, o linguista acaba por se inserir em um contexto social de produções de instrumentos linguísticos para o português no Brasil.

Esse contexto é basicamente marcado por duas posições de sujeito que não raro são conflitantes: o linguista - comprometido com o estudo científico da língua; e o gramático normativo – que tem o objetivo de repassar, em suas publicações, a tradição da norma prescritiva da língua. Enquanto o linguista procura, em suas pesquisas, atentar para a heterogeneidade da língua, ou seja, as suas variações; o gramático normativo, por outro lado, foca seus estudos na homogeneidade da língua. Daí o conflito que por vezes ocorre em meio ao interdiscurso linguístico.

Convém salientar que essas duas posições mencionadas, linguista e gramático, constituem uma simplificação dos embates teóricos, em um terreno onde as posições de sujeito não são estanques, pois constituem lugares imaginários que podem se mover, se deslocar e romper com efeitos de sentidos dependendo do contexto sócio-histórico e das inclinações discursivas do sujeito que enuncia. As mobilidades, alternâncias e incompletudes são comuns quando falamos em lugares discursivos.

Partimos do pressuposto de que a posição ocupada por Castilho (2010) vai além tanto do linguista quanto do gramático, se configurando como um “lugar” emergente nos estudos linguísticos do português. No decorrer desta análise, nos referimos à posição que ocupa esse novo lugar como a posição de sujeito *linguista-gramático*. Observamos que há, nessa nova posição, o sinal de uma aproximação entre o lugar do linguista e o lugar do gramático, sobretudo quando o autor considera a NGPB como parte de uma missão para aprimorar o ensino de língua portuguesa no Brasil. Distinguindo-se, portanto, das posições de sujeito mencionadas acima (unicamente linguista ou gramático – como já são conhecidas), supomos que Castilho (2010), como

um *linguista-gramático*, marca um novo lugar específico para falar sobre a língua no Brasil.

Como o discurso da NGPB trabalha essas duas posições de sujeito (gramático e linguista) para instituir a posição linguista-gramático? Que elementos de uma e outra posição são legitimados e/ou rejeitados para tal? Como se define, portanto, a posição de sujeito-linguista na NGPB? Estas são algumas questões que buscamos responder no decorrer de nossa análise, tendo como unidade de análise a Introdução feita pelo próprio Ataliba à NGPB. .

No parágrafo inicial da Introdução da NGPB, Ataliba analisa três formulações referentes ao português: *português no Brasil*, *português do Brasil* e *português brasileiro*. A distinção entre os sentidos que essas três formas de enunciação expressam é fundamental para entender o lugar dos sujeitos-autores na produção gramatical brasileira.

A expressão “*português no Brasil*” é a denominação que representa a imagem de nossa língua do século XVI ao XVIII, onde o português era inteiramente comprometido com as formas lusitanas. Nesse contexto colonial, a posição de sujeito gramático era comprometida com a língua falada na metrópole, ou seja, os sujeitos mantinham uma relação de subordinação com o português europeu, tido como a forma correta em que os falantes do Brasil deveriam se espelhar.

Por sua vez, a formulação “*português do Brasil*”, utilizada a partir do século XIX, simboliza – de acordo com Castilho (2010) – o distanciamento do nosso português do português europeu, onde a preposição “do” indica uma aproximação entre o Brasil e a sua língua. A expressão “*português do Brasil*” já denota certo tom de propriedade no discurso referente ao falante e sua língua. Nesta época, ocorre o aparecimento das primeiras gramáticas brasileiras, isto é, as com obras de referência deixam de ser exportadas, passando a ser produzidas no próprio país. Configura-se um novo lugar para os sujeitos: o de gramático brasileiro.

Já a terceira forma de enunciar o português, como *português brasileiro*, existe, de acordo com Castilho (2010), para designar a identidade do brasileiro com a sua língua.

É nesta terceira perspectiva que o autor-linguista se insere e assume o papel de produzir uma gramática, já que, segundo a NGPB, “*faltava clarificar a gramática do português brasileiro, para dar status científico à sua percepção*”. (CASTILHO, 2010, p.31). Neste trecho, evidencia-se a filiação discursiva da NGPB ao discurso científico,

nesta perspectiva, o linguista-gramático arroga para a sua posição o status de ciência, ou seja, objetividade, imparcialidade e rigor metodológico em relação ao objeto de estudo. Esta recorrência ao discurso científico confere autoridade a um estudo efetivo da língua.

Sentindo a necessidade cumprir “uma missão” – que basicamente consiste em trabalhar cientificamente o português brasileiro –, o sujeito-linguista se vê impelido a produzir a sua gramática, assumindo, portanto, o lugar de sujeito-gramático. Podemos observar, então, um novo lugar social, uma nova posição de sujeito para o autor que denominamos de *linguista-gramático*. A leitura da Introdução da NGPB nos permite analisar como se constitui esta posição na gramática.

Em primeiro lugar, Ataliba informa que sua gramática “não é uma gramática-lista, cheia de classificações, em que não se vê a língua, mas uma gramática.” (p. 31) [grifos meus]. Ao diferenciar “gramática lista” e “gramática”, cremos que a NGPB faz uma crítica à tradição gramatical que apenas classifica os elementos para os seus leitores, sem preocupar-se com o funcionamento desses elementos na linguagem em uso. Neste ponto, o linguista expõe a deficiência do gramático tradicional, ao se referir negativamente às *gramáticas-listas*. Percebemos, portanto, uma relação de rejeição ao discurso tradicional neste enunciado.

Para suprir uma “lacuna” existente nas gramáticas tradicionais – a falta de uma visão científica e consistente da língua –, o linguista-gramático propõe uma *gramática teórica*, ou seja, uma gramática onde o objeto de estudo tenha base em uma teoria – “Esta não é uma gramática ateórica” (p.31) informa CASTILHO. Ciente da multiplicidade de teorias existentes, o autor se propõe a construir uma obra com uma filiação teórica que “postule a língua em seu dinamismo, como um conjunto articulado de processos” (p.31). A teoria proposta pelo autor é a *multissistêmica*, na qual a língua funciona de acordo com a interação de quatro sistemas linguísticos: o léxico, a semântica, o discurso e a gramática.

Vemos, portanto, um sujeito-autor que tem uma sólida formação linguística propondo uma nova orientação para a produção gramatical, tendo base nas pesquisas linguísticas do Brasil, a exemplo do NURC. “Esta gramática dá voz a muitos pesquisadores” (p.32) Ele se constitui, nesse sentido, como um autor que legitima a posição de sujeito linguista-gramático, almejando superar as limitações existentes na produção gramatical brasileira.

A oposição entre linguista e gramático, assim, é tida como ultrapassada: “a

oposição linguista versus gramático (...) foi superada pela pesquisa linguística. Gramáticos aperfeiçoaram sua formação. Linguistas passaram a ocupar-se com a redação de gramáticas.” (p. 33). Percebemos um afastamento de lugares sociais tido como ultrapassados, ou seja, a partir da memória dos discursos da Linguística, a NGPB se afasta do “velho” e propõe o “novo”, que é a legitimação da posição linguista-gramático.

Porém se afastar do “velho” não significa refutar tudo o que já foi produzido pelos gramáticos, em vez disso percebemos, no trecho acima, um tom conciliador no discurso da NGPB, que demonstra o benefício de um intercâmbio entre linguistas e gramáticos para o avanço da produção gramatical no Brasil. Confirmando a nossa hipótese de que o novo lugar de autor linguista-gramático representa a aproximação, ou seja, o diálogo entre gramáticos e linguistas, objetivando a formação de linguistas-gramáticos com uma base científica apropriada.

#### 4.2 A IMAGEM DA LÍNGUA

Nesta etapa de nossa análise, selecionamos a NGPB como unidade de análise e, de modo mais específico o seu capítulo inicial (1. O que se entende por língua e gramática). As posições de sentido aqui expostas podem ser sintetizadas como “tentativas de controle da imagem da língua” (DIAS, 2007, p. 183). Nesse sentido, veremos diferentes perspectivas que foram construídas e acabaram se cristalizando como parte do contexto sócio-histórico nos estudos linguísticos no Brasil. Portanto, neste trabalho e nesta parte de nossa análise nos interessa observar a construção do imaginário de língua pelos linguistas e gramáticos.

A partir de posições de sentido historicamente construídas da língua, Castilho (2010) legitima a representação de língua de sua gramática a partir dos discursos já-ditos da Linguística. Percebemos como o discurso exposto na NGPB se movimenta no interior da *memória discursiva*, criando sentidos a partir de relações discursivas (aproximações, afastamentos, negações etc.) com os já-ditos da história das ideias gramaticais e linguísticas.

Recorremos, para fins de análise, a quatro enunciados expostos na NGPB para nos situar no percurso das pesquisas linguísticas no Brasil, bem como demonstrar as relações de sentido do discurso da NGPB com estas posições de sentido do passado.

Enunciado 1: *A língua é um conjunto de produtos estruturados: Gramática descritiva* (p.42)

A primeira posição de sentido mobilizada pela “Nova Gramática do Português Brasileiro” (NGPB) toma a língua como um objeto de estudo estático, ou seja, o sistema da língua, percebido como um conjunto de produtos estruturados, cuja existência é exterior ao falante. Os produtos estruturados são formas prontas, ou seja, algo que já existe e está à disposição dos falantes. Nessa perspectiva, o papel do “sujeito que fala” é minimizado, pois ele não participa da construção da língua, apenas é o usuário de um sistema estruturado. A caracterização da língua nesse ponto de vista é a de um objeto homogêneo.

A essa forma de ver a língua, a NGPB relaciona o discurso da ciência clássica, segundo o *qual* “para assegurar resultados e conclusões, temos de considerar os dados em sua estaticidade” (p.43). A partir desta maneira de ver o objeto de estudo, as gramáticas estruturalistas são descritivas, elas contém regras explícitas que explicam o sistema ordenado dos “produtos”.

A definição da língua como um sistema de objetos formais acarreta algumas consequências, posto que ela coloca de lado aspectos importantes da realidade social. Neste ponto, o discurso da NGPB se distancia desta perspectiva ao enunciar que as pesquisas desta modalidade:

passam a concentrar-se em determinados nichos sintáticos, pondo de lado os textos da vida linguística real, e assim, pouco a pouco, a língua se transforma em campo para intermináveis ‘*theoriae gratia theoria*’, ou seja, teoria pela teoria. (CASTILHO, 2010, p. 43).

No entanto, apesar das “limitações” do método estruturalista, a NGPB reconhece as “contribuições” dessa perspectiva como um importante **avanço** no entendimento da língua, sobretudo no que diz respeito à organização linguística em unidades hierárquicas. A gramática concede, então, um considerável espaço para as especificações de tópicos ligados à perspectiva descritiva (p. 45-59), tais como: o fonema; a sílaba; o morfema; a palavra; o sintagma; e a sentença.

Podemos perceber que, apesar das críticas à idealização do objeto de estudo no estruturalismo, o discurso da NGPB não se contrapõe totalmente ao modo estruturalista

de ver a língua. Essa forma de posicionamento é característica da NGPB; veremos que o discurso dela mobiliza as diferentes posições sobre a língua de modo a ressaltar não só as suas limitações, mas também as suas contribuições e importância para o estudo da língua.

Nesse sentido, segundo o autor, “os cientistas clássicos veem o mundo como uma realidade em equilíbrio”. A NGPB se distancia dessa forma clássica de ver o objeto linguístico, pois sua teoria se filia às “ciências dos domínios complexos”, em que a língua é vista como um objeto instável, irregular, variável, que se movimenta constantemente de acordo com a variedade de contexto, inexistindo, portanto, o equilíbrio estático postulado pela ciência clássica.

A divisão analítica permitiu o entendimento da língua como uma *estrutura*. O reconhecimento desse benefício do estruturalismo é um fator crucial ao qual se filia a NGPB, porém o discurso dela vai além quando atesta que existem processos linguísticos que se ocultam desses dados estruturais.

Notamos, portanto, um movimento de legitimação e de rejeição da NGPB em relação ao discurso estruturalista. Em geral, os pontos positivos da imagem da língua estruturalista são referidos na NGPB como “conquistas” e “contribuições” (como é o caso da divisão linguística em níveis hierárquicos etc.); já os pontos refutados no discurso constituem “defeitos” e “limitações”, nos quais se enquadram, por exemplo, a pouca importância dada ao papel do falante nas construções linguísticas no estruturalismo.

A constatação da complexidade da língua leva o sujeito-autor da NGPB a recorrer a outro discurso linguístico, como veremos a seguir.

Enunciado 2: *A língua é um conjunto de processos estruturantes: Gramática Funcionalista* (p. 59)

A segunda posição discursiva apresentada na NGPB diz respeito ao entendimento da língua como um conjunto de processos estruturantes (p. 59 e segs.). Nessa perspectiva, de viés funcionalista, a língua é vista para além de um conjunto de produtos estruturados à disposição dos falantes; ela se distancia, portanto, da visão estruturalista. Esse distanciamento se refere ao que o discurso da NGPB indica como uma passagem de uma visão de língua como sendo “produto inerte” para a língua como uma “produção”, ou seja, uma atividade.

Para aproximar o discurso da gramática com o avanço dos estudos da linguagem, a NGPB mobiliza discursos científicos que confirmam a visão de língua (portanto, a sua imagem) como algo que vai além do mero ato de comunicar, a exemplo de Franchi (1976, p. 47-48 apud CASTILHO, 2010, p. 60):

antes de ser para comunicação, a linguagem é para elaboração; antes de ser mensagem, a linguagem é construção do pensamento; antes de ser veículo de sentimentos, ideias, emoções, aspirações, a linguagem é um processo criador em que organizamos e informamos as nossas experiências.

Observa-se, portanto, que a filiação e o reconhecimento do discurso da NGPB com a visão estruturalista da linguagem, não implica a aceitação de suas limitações. O movimento de aproximação e afastamento em relação aos discursos provenientes da história das ideias gramaticais e linguísticas molda, na NGPB, uma imagem de língua na qual vários pontos de vista são considerados e proveitosos para estudar a linguagem em sua totalidade.

Considerando a aproximação da NGPB com o discurso da ciência – para dar à língua a legitimidade de um objeto de estudo definido com bases sólidas –, a gramática traz à tona a *ciências dos domínios complexos*. A filiação a esse discurso se faz necessária para considerar o ponto de vista da língua como uma atividade. Podemos dizer que a NGPB, ao considerar a abrangência de seu objeto de estudo, cede a uma nova posição epistemológica, conforme veremos adiante.

Diferentemente da *ciência clássica*, que vê o objeto de estudo estável e em equilíbrio, o discurso científico dos domínios complexos amplia os domínios da ciência, e prevê objetos de estudo variáveis, “em fluxo contínuo, em mudança”. (CASTILHO, p.61). Observamos, portanto, uma oposição entre a ciência clássica e a ciência dos domínios complexos, em que a primeira preconiza a estabilidade do objeto, enquanto a segunda cede lugar aos objetos variáveis e imprevisíveis.

No entanto, convém salientar que a NGPB, em geral, adota uma posição conciliadora em relação às várias contribuições de diferentes posições linguísticas para definir a *língua*. Com isto, os avanços do método estruturalista (aqui relacionado à ciência clássica) não são descartados em virtude do estudo dos domínios complexos (aqui relacionado ao funcionalismo – na língua como uma atividade). Uma posição é colocada em diálogo com a outra, em busca de uma visão de língua que não exclua elementos essenciais no uso da linguagem (papel do falante; adaptação; variação etc.).

Se referindo a esse outro enfoque, a NGPB informa que “*uma nova abordagem científica vem se desenvolvendo para dar conta desses problemas [irregularidades da língua], que passaram a ser mais bem entendidos como processos criativos, não como exceções incômodas*” (CASTILHO, 2010, p.61). Vemos, portanto, o discurso da NGPB dá um passo além do estruturalismo, reconhecendo a necessidade de um enfoque linguístico mais dinâmico e próximo da realidade da comunicação efetivamente realizada pelos falantes; esse enfoque é o que faz a NGPB trazer à tona o discurso funcionalista da ciência linguística.

Ao mobilizar esses dois discursos – estruturalista e funcionalista –, a NGPB não coloca um discurso em oposição ao outro. A materialização textual do discurso desta gramática apresenta, como já apontamos, um viés conciliador, e mostra que uma concepção não nega a outra, mas expande e focaliza outros aspectos também importantes na compreensão da linguagem.

Na NGPB, existe a constante preocupação em dar status científico à imagem de língua que ela constrói. A complexidade do objeto (no caso, a língua) decorre dos variados fatores que interferem numa efetiva comunicação linguística. Por essa razão, Ataliba faz referência às mais diferentes posições de sentido sobre a língua, pois ele acredita que todas essas posições (memória discursiva da Linguística) têm a sua forma de contribuição para o estudo da língua como um objeto complexo. Assim, o sentido funcionalista é colocado como uma extensão dos estudos estruturalistas, conforme se pode constatar na seguinte formulação:

Processos e produtos convivem nas línguas naturais. A Gramática Descritiva tem-se fixado nos produtos. Para considerar os processos, a percepção de sistemas hierarquicamente organizados terá de ceder o passo a outra epistemologia. (CASTILHO, 2010, p.61).

Essa outra epistemologia se refere à visão funcionalista, que estuda a língua em atividade, ou seja, que se ocupa do exercício da linguagem, analisada em seus processos concretos de comunicação. Nesse sentido a “*A Gramática Funcional procura correlacionar as classes, as relações e as funções com as situações sociais concretas em que elas foram geradas.*” (CASTILHO, 2010, p.68). Diferentemente do enfoque formalista, no discurso funcionalista o papel do falante torna-se relevante para o estudo da língua, levando em conta a sua função ativa nas situações comunicativas, ou seja, esse ramo “*desencapsulou a língua de seus rígidos limites estruturalistas e gerativistas,*

*estabelecendo correlações entre os fatos gramaticais e os dados da comunidade que os gerou.*” (idem, ibdem)

A NGPB, no que se refere a filiações discursivas no âmbito da linguística, apresenta, portanto, uma posição eclética. Isto quer dizer que o texto da gramática não se prende a apenas uma teoria, ele busca subsídios para o entendimento do que é língua recorrendo a diferentes perspectivas. O viés pluralista de seu discurso é justificado e pode ser observado neste enunciado – no qual Ataliba discorre sobre o método adotado na NGPB:

[...] não poderemos nos ater a um modelo teórico apenas. A complexidade linguística põe em cheque uma afirmação constantemente repetida entre nós, acerca da necessidade de consistência teórica e da proibição de posições ecléticas. Para rever essa afirmação, precisamos levar em conta a natureza do objeto empírico sob exame. Os modelos clássicos dão conta das estruturas cristalizadas. Os modelos que a ciência dos domínios complexos vier a desenvolver na Linguística darão conta das estruturas em construção. (CASTILHO, 2010, p.63)

Note-se como a NGPB relaciona os sentidos sobre a língua com o discurso genérico (geral) da ciência e a questão do objeto complexo. Observemos o seguinte recorte do trecho citado: “não podemos nos ater a um modelo teórico apenas”. De acordo com os princípios da AD, sabemos que um discurso sempre se refere a outro, mesmo que este esteja implícito, não-dito. No recorte em questão, assim, a negação é uma forma recorrente de se referir a outro discurso que não está presente, tornando-o discursivamente polêmico. Quando o autor nega a posição de ater-se a apenas um modelo teórico, ele dá indícios de que existem outros discursos que se atêm a apenas um modelo teórico, e que ele se contrapõe a essa posição, reiterada em uma formulação seguinte: “A complexidade linguística põe em cheque uma afirmação constantemente repetida entre nós, acerca da necessidade de consistência teórica e da proibição de posições ecléticas”. Anteriormente a esse trecho, Ataliba já havia se referido ao discurso científico dos objetos complexos e agora faz referência à “complexidade linguística”. Dessa forma, ele articula o discurso científico geral com o discurso linguístico e constrói a posição de que *a língua é um objeto científico complexo*. Como já foi observado acima, a NGPB busca a legitimação de seu objeto de estudo (a língua) no discurso científico geral.

No mesmo trecho recortado, a expressão “entre nós” (“afirmações constantemente repetidas entre nós”) remete à defesa feita por linguistas sobre a necessidade de consistência teórica e quanto à proibição das posições ecléticas. Ao utilizar a 1ª pessoa do plural, o autor se inclui nesse grupo de linguistas. No entanto, ao mesmo tempo em que ele se inclui, ele se diferencia de seus semelhantes (linguistas) ao fazer, tendo em vista ter afirmado que “a complexidade linguística põe em cheque” as posições defendidas pelos linguistas. Assim, ele ao mesmo tempo se aproxima e distancia dos linguistas, marcando uma posição crítica, portanto, uma forma própria de autoria frente às teorias científicas e linguísticas.

Podemos também ilustrar a posição pró-eclético da NGPB, no destaque que seu autor dá às contribuições decorrentes das diferentes posições sobre a língua. Note-se que o trecho sob análise finaliza da seguinte forma: “Os modelos clássicos dão conta das estruturas cristalizadas. Os modelos que a ciência dos domínios complexos vier a desenvolver na Linguística darão conta das estruturas em construção.” Neste ponto, observamos um paralelismo na construção do discurso: “(1) Os modelos clássicos.../ (2) Os modelos que a ciência dos domínios complexos vier a desenvolver...” . Ao colocar lado a lado dois modelos de estudar a língua, o autor põe em evidência a contribuição de ambas as escolas linguísticas. Observamos ainda que “os modelos clássicos” é uma forma de referência ao estruturalismo, sobre o qual o autor já fizera menção e mostrara as suas limitações, mas também mostrara as suas relevantes contribuições, sobretudo para o estudo das “estruturas cristalizadas”. Em seguida, o texto se refere às “ciências dos domínios complexos”, que é uma forma de referência às posições da língua que a vêm na sua totalidade, nos seus usos, isto é, como uma atividade, como postula o viés funcionalista.

Desse modo, o sentido do discurso da NGPB é bastante conciliador: ao levantar diferentes posições sobre a língua, ela não pretende colocar em oposição os discursos mobilizados, mas relaciona-os de modo a dar uma visão abrangente sobre os fatos linguísticos. A NGPB, nesse sentido, se posiciona de forma a entender a língua da maneira mais ampla possível, não descartando os conhecimentos linguísticos já produzidos pelas teorias anteriores.

Enunciado 3: *A língua é conjunto de produtos e processos em mudança: Gramática Histórica* (p. 84)

A concepção seguinte de língua mobilizada pela gramática (NGPB) se refere à perspectiva histórica das mudanças linguísticas. O autor ressalta a importância da Gramática Histórica informando-nos que foi a partir dela que surgiu a Linguística moderna. Neste tópico, a NGPB assemelha-se a um manual de linguística.

Considerando a língua como um conjunto de produtos e processos em mudança (p. 90 e segs.), Castilho discorre sobre diferentes teorias da mudança linguística, estabelecendo uma correlação de sentidos entre teorias e componentes que considera centrais na explicação da mudança: neogramaticismo/fonética, estruturalismo/fonologia, gerativismo/sintaxe, variacionismo, funcionalismo/usos. Essa exposição registra, assim, o movimento de sentido das teorias linguísticas, quanto aos componentes de descrição, no qual entram em jogo processos de legitimação de certos componentes em detrimento de outros.

De início, destaca-se o Comparatismo e o Método Histórico-Comparativo, cujas pesquisas centravam-se no passado comum de várias línguas. Dessa forma, afirma-se que uma protolíngua (língua-mãe) era postulada com o objetivo de buscar a origem comum de diferentes línguas. Em seguida, discorre-se sobre o Neogramaticismo e a Centralidade da Fonética. Neste ponto, segundo a NGPB, destaca-se o papel do historiador da língua natural, que seria o de acompanhar as diversas fases ou os diversos estados da língua. Para esclarecer um pouco os conceitos expostos em nossa análise, faremos um breve percurso sobre o caminho das pesquisas no âmbito da linguagem.

As mudanças fonéticas eram as mais perceptíveis modificações linguísticas, com isso, os resultados dos estudos da Linguística eram centrados no nível fonológico, estabelecendo-se regularidades e leis nessas mudanças. No Estruturalismo, a fonética adquiriu um papel central nas análises das mudanças linguísticas, com suas possibilidades de sistematização em níveis hierárquicos. O Gerativismo, por sua vez, inovou com a teoria dos princípios e parâmetros, segundo a qual, existem princípios invariantes, aos quais correspondem parâmetros, que são opcionais. Por fim, com o Variacionismo, reconheceu-se que as variações de usos da língua acarretam mudanças, posto que ao existirem formas linguísticas em competição, uma delas acaba sendo predominante e se cristalizar em determinado momento.

Ao expor as mudanças de perspectivas conforme o avanço da Linguística, a NGPB sinaliza que os estudos sobre a língua e a imagem que se tem dela passaram por diferentes enfoques. Ao se mover e movimentar entre estes diferentes posicionamentos de estudos da língua, acreditamos que a gramática acaba definindo o seu lugar na história da Linguística. Como herdeira dos estudos e disposta a dar uma continuação às pesquisas sobre a língua, a NGPB afirma o seu lugar no contexto da Linguística.

Na seção sobre Gramática Histórica, Castilho levanta a questão da relação entre a sociedade e a língua – relação que é crucial para a defesa de um português brasileiro:

Quanto mais heterogênea é a comunidade, maior o distanciamento sociolinguístico entre falante e ouvinte. (...) Inversamente, quanto mais homogênea é a comunidade, maior a aproximação linguística entre os interlocutores. (...) Por outras palavras, a heterogeneidade social acarreta o inovadorismo, ao passo que a homogeneidade acarreta o conservadorismo linguístico. O exame da estrutura sociolinguística brasileira a partir desses parâmetros poderá mostrar por que tivemos momentos de aceleração ou de retardamento na mudança do PB (CASTILHO, 2010, p.89)

A análise deste trecho é importante para a compreensão da visão de língua defendida pela NGPB. Mais de uma vez o autor se utiliza do paralelismo para construir o seu discurso (heterogeneidade x homogeneidade/ distanciamento x aproximação/ inovadorismo x conservadorismo), esclarecendo a relação entre sociedade e língua. De acordo com essa perspectiva, a heterogeneidade (variação) causa o distanciamento entre falante/ouvinte e produz o inovadorismo; e a homogeneidade aproxima o falante/ouvinte e tende ao conservadorismo.

Ora, sabemos que o Brasil é caracterizado pela pluralidade de culturas e pelas mais variadas formas de diversidade étnica, social etc. É evidente que fazemos parte de uma sociedade heterogênea. Desta forma, o leitor pode concluir – a partir da leitura do texto da gramática – que o português do Brasil tende ao inovadorismo, ou seja, tende às mudanças de acordo com as especificidades do falante. Portanto, é a partir dos parâmetros da sociolinguística que o autor constrói o sentido de Português Brasileiro como sendo uma língua heterogênea, que tende à inovação e cuja estrutura deve ser descrita para o entendimento das mudanças ocorridas – e também das tendências – no falar dos brasileiros.

Cumprе salientar que, no que diz respeito aos estudos da língua no Brasil, a perspectiva história não teve grande representação e legitimidade em meio à história das ideias linguísticas, sobretudo pela atuação mais forte dos estudos estruturalistas e gerativistas (p. 89), que são posições linguísticas que tiveram uma maior influência na representação de língua em nosso país.

Enunciado 4: *A língua é um conjunto de “usos bons”: gramática prescritiva* (p. 90)

O sentido atribuído à língua como um conjunto de “usos bons” também é mobilizado na NGPB. Como seria de esperar, existem ressalvas a esse conceito, que é o da gramática tradicional prescritiva. É conveniente esclarecer que na visão prescritiva da língua, nas palavras do autor: “Apenas o padrão culto é considerado” (grifo meu). Centrando-nos na análise desse trecho, notamos que o uso do “apenas” sinaliza a indicação de uma falta de completude da visão linguística tradicional, relacionada à abrangência da descrição da língua.

Para a perspectiva Sociolinguística – corrente da qual, pelo que vimos, a NGPB se aproxima – o padrão culto é uma das variedades entre as várias existentes. Daí o “apenas” utilizado na citação acima exposta. Este elemento marca a presença do discurso da Linguística na NGPB, o que confirma a posição de autor linguista na produção de uma gramática, configurando, o que chamamos anteriormente de *autor linguista-gramático*. Assumindo que a norma prescritiva é limitada por **apenas** considerar uma variante, a NGPB se afasta de uma visão estritamente tradicional e, através da análise, revela-se a sua filiação ao discurso das pesquisas linguísticas que trabalham a sua heterogeneidade, tendo a sociolinguística como corrente representante.

Referente à questão da visão prescritiva, o linguista-gramático Ataliba informa que há um imaginário social, no Brasil, de que só o padrão culto é considerado bom, correto. Sobre isso, o autor se posiciona colocando a perspectiva científica da língua como forma de desconstrução desse imaginário, afirmando: “Se o padrão culto for colocado numa perspectiva científica, como uma variedade linguística entre outras, e se o relacionarmos com as situações sociais em que ele é utilizado, tudo bem, a ciência voltará a respirar aliviada.” (CASTILHO, 2010, p.90) [grifo meu]. Chama-nos a atenção neste trecho, no entanto, a passagem grifada, pois ela nos leva aos seguintes questionamentos: por que a ciência voltará a respirar aliviada? Estaria ela sufocada pela visão prescritiva? Quem deveria respirar aliviada não seria, também, a própria

sociedade?

De acordo com nossa perspectiva teórica (AD), observamos neste caso uma referência implícita a outros discursos que se entrecruzam no discurso da NGPB, discursos que dizem respeito ao embate científico entre descrição e prescrição. Podemos inferir que o velho debate entre a Gramática Tradicional e a Linguística mostra-se presente nesse trecho. A Linguística, que tem *status* científico e da qual o autor da NGPB é um representante, “incomoda-se” com a arbitrariedade da visão tradicional da linguagem. Por essa razão a NGPB – que é uma materialização das pesquisas linguísticas no Brasil – sugere que o padrão culto seja colocado numa perspectiva científica, como uma variedade entre outras. Como afirma a NGPB: “Os linguistas mostram que a norma é uma variedade à qual a comunidade de fala atribui um prestígio maior, em face do qual as demais variedades sofrem discriminação.” (CASTILHO, 2010, p. 90). A visão da língua que assenta em apenas uma variedade vai de encontro à visão heterogênea da variedade e da multiplicidade a que se filia a NGPB. Daí a sua ressalva a respeito da Gramática Prescritiva.

#### 4.3. A LÍNGUA COMO UM MULTISSISTEMA

Adotar uma teoria multissistêmica, que abrange diferentes pontos de vista em relação à língua, não significa dizer que as teorias estruturalista, gerativista, funcionalista, prescritivista etc. serão reunidas e que todos os seus conhecimentos serão reunidos para a construção do objeto. A posição multissistêmica da NGPB não se resume a uma mera repetição de estudos anteriormente consagrados.

Em geral, a teoria multissistêmica marca uma posição própria no campo dos estudos da linguagem. Há nela pontos de contato com outras teorias da língua, como também diferenças. Para identificar os pontos convergentes e as diferenças, observamos os movimentos de aproximação e afastamento apresentados na construção da posição discursiva da NGPB.

Alguns postulados são apresentados para definir as bases da teoria multissistêmica, dentre os quais menciono: “a língua se fundamenta num aparato cognitivo”; “a língua é uma competência comunicativa”; “as estruturas linguísticas não são objetos autônomos”; “um dispositivo sociocognitivo ordena os sistemas linguísticos”. Estes fundamentos teóricos inscrevem a NGPB nas *ciências dos domínios complexos* (já mencionada anteriormente), o que, de certa forma, entra em oposição

com a ciência clássica (objetos autônomos e regulares) e dá uma maior abrangência à imagem da língua, abrindo espaço para as suas inovações, adaptações, irregularidades e imprevisibilidade.

Alguns postulados são apresentados para definir as bases da teoria multissistêmica, dentre os quais menciono: “a língua se fundamenta num aparato cognitivo”; “a língua é uma competência comunicativa”; “as estruturas linguísticas não são objetos autônomos”; “um dispositivo sociocognitivo ordena os sistemas linguísticos”. Estes fundamentos teóricos inscrevem a NGPB nas *ciências dos domínios complexos* (já mencionada anteriormente), o que, de certa forma, entra em oposição com a ciência clássica (objetos autônomos e regulares) e dá uma maior abrangência à imagem da língua, abrindo espaço para as suas inovações, adaptações, irregularidades e imprevisibilidade.

De acordo com a filiação teórica a uma teoria multissistêmica, existem quatro processos relacionados ao funcionamento da linguagem: o léxico, a semântica, o discurso e a gramática. Estes processos não ocorrem de maneira isolada, eles são sistemas linguísticos que se integram e atuam de maneira simultânea.

Cada um desses quatro sistemas se aproxima de diferentes formas de estudo da linguagem, que ocorreram em diferentes épocas. Como informa o autor: “A teoria multissistêmica dialoga com vários autores, cujas afirmações foram de grande importância em minhas afirmações. “ (CASTILHO, p. 81), posto isto, há uma concepção de língua que integre diferentes sistemas sinaliza o objetivo da gramática de suprir as deficiências de cada teoria sem, no entanto, dispensar os conhecimentos relevantes vindos de suas tradições.

Podemos notar que o discurso de uma língua multissistêmica retoma e movimenta outros discursos (Pragmática, Semântica etc.) para a construção de uma imagem de língua abrangente. Com esse intuito, a teoria também recorre à noção de Discurso, ou seja, um sistema linguístico participante do processo comunicativo, que é a língua em funcionamento, levando em consideração aspectos linguísticos e extralinguísticos. E, por fim, a NGPB, em sua teoria multissistêmica, também se filia aos estudos da Gramática, cujas descrições das estruturas cristalizadas ou em processo de cristalização ajudam no entendimento da língua, já que elas estão solidificadas pelo uso e permanecem, de certo modo, regulares na fala dos indivíduos.

A teoria multissistêmica, portanto, não surgiu do nada, ela é herdeira dos estudos da linguagem, que tiveram diferentes enfoques. Através do diálogo de seu discurso com outros discursos das pesquisas linguísticas, ela integra e desenvolve uma visão de língua abrangente e atenta à funcionalidade da língua em sua totalidade. Este é o desafio da NGPB: analisar cientificamente um *objeto complexo*. Para isso, a recorrência e o diálogo constante com os diferentes discursos existentes no vasto campo da Linguística se fazem necessários.

A língua como um multissistema é apresentada na gramática de acordo com a “teoria dos domínios complexos”, ou seja, a língua é um objeto dinâmico, que exibe um comportamento irregular, imprevisível. É por essa razão que a NGPB expõe a necessidade de apresentar a língua como um conjunto de quatro sistemas linguísticos, o seu intuito – e desafio – é dar conta de um estudo da língua que leve em consideração a sua complexidade.

O movimento entre os discursos que permeiam a Linguística, que a NGPB faz através ao abordar diferentes teorias, tem como objetivo a formação de uma visão completa da língua, um desejo de completude imaginária, da língua cientificamente descrita em sua totalidade e dimensões. Como a NGPB é, de certa forma, a materialização de anos de pesquisa linguística, parece-nos que o seu discurso sustenta um variado leque de filiações teóricas com o intuito de demonstrar a validade das contribuições linguísticas para o estudo do “objeto complexo”, a saber, a língua. Sobretudo, considerando que o sujeito-autor Castilho ocupou lugar de renome no âmbito das pesquisas sociolinguistas do Brasil.

O diálogo do discurso da NGPB com outros discursos da tradição e da pesquisa linguística é o que a diferencia e a torna rica em relação ao estudo da linguagem. O seu discurso de língua multissistêmica não se originou do nada. Em suas filiações se encontram elementos de outras teorias linguísticas constituídas ao longo do séc. XX na busca incessante de uma abordagem científica da língua.

## CONCLUSÃO

Podemos afirmar que estamos vivendo uma fase significativa da produção gramatical no Brasil. Nossa tradição gramatical andou por muito tempo afastado das pesquisas linguísticas realizadas no âmbito acadêmico. Ainda existe uma distância muito grande entre o conhecimento difundido nas disciplinas de Linguística e nas gramáticas tradicionais utilizadas nas escolas. Essa distância motiva o crescente interesse dos linguistas pela produção de gramáticas, acreditamos que há uma tendência favorável à integração entre os conhecimentos linguísticos e gramaticais.

Considerando a necessidade de diálogo entre a Linguística e a produção de gramáticas, podemos observar que uma nova posição de sujeito está se configurando no Brasil: a de autor linguista-gramático. Podemos ver que para Ataliba C. de Castilho, as oposições entre os estudos gramaticais e linguísticos estão sendo superadas, os conflitos entre as posições de gramático e de linguista tendem a dialogar cada vez mais.

De fato, cremos que é imprescindível uma produção de gramática que apresente uma visão heterogênea da língua, e, para isto ocorrer, se faz necessária uma formação linguística. No entanto, ainda não há uma equivalência entre o papel do linguista e do gramático em relação às produções gramaticais. O linguista-gramático é uma nova posição cujas produções gramaticais ainda se limitam ao meio acadêmico, sem muita ressonância na formação básica.

Julgamos que a relevância da posição de linguista-gramático não é algo momentâneo, pois as produções desses autores não emergem de posições individuais, mas de posicionamentos em relação à história das ideias gramaticais e linguísticas. Suas obras são herdeiras das pesquisas linguísticas realizadas no Brasil desde meados da década de 80.

A partir deste trabalho, pudemos observar que a NGPB apresenta um discurso eclético em relação à língua. A gramática, no decorrer de seu texto, discorre sobre as diferentes posições linguísticas, ressalta os aspectos importantes das diferentes teorias, mostrando a relevância de cada uma. Consideramos esse movimento discursivo um fator positivo no discurso gramatical da NGPB, pois a obra mostra que não está preocupada em se filiar estritamente a uma teoria “x”, e descartar os conhecimentos provenientes de todas as outras, mas em estabelecer um diálogo, caracterizando assim um gesto de interpretação próprio sobre a língua e sobre seu conhecimento no Brasil

Ao se referir a diferentes elementos teóricos, o discurso da NGPB se aproxima

de diferentes filiações teóricas. O efeito observado nessa postura é a de um discurso que movimenta outros discursos e se movimenta neles, configurando um discurso múltiplo que se preocupa com as diferentes contribuições da ciência linguística. Há uma legitimação dos discursos já existentes da língua (estruturalista, funcionalista, sociolinguista), porém com ressalvas a suas limitações. O discurso da NGPB se configura, portanto, como um intercâmbio discursivo, no qual diferentes enfoques do estudo da língua se complementam.

Pudemos notar, também, que a gramática estudada não se apresenta pura e simplesmente como uma gramática descritiva do português brasileiro, visto que grande parte de seus capítulos iniciais trazem à tona discussões teóricas da Linguística. No caso específico do capítulo que analisamos (*I – O que se entende por língua e por gramática*) podemos compreender que ele poderia ser perfeitamente incluído em um “Manual de Linguística”. No entanto, é compreensível a inserção da discussão teórica na estrutura da NGPB, considerando que, por se tratar de uma nova abordagem referente ao português brasileiro, fez-se imprescindível um esclarecimento do percurso linguístico até que se chegasse à presente teoria que postula a língua “*em seu dinamismo, como um conjunto articulado de processos*” (CASTILHO, 2010, p.31)

Ao mobilizar diferentes posições acerca da língua, ressaltando os aspectos positivos de diferentes teorias, a NGPB apresenta um discurso conciliador em relação às oposições existentes nas diferentes concepções de linguagem, o que, de certa forma, leva o sujeito linguista-gramático a movimentar discursos múltiplos da história da Linguística. No entanto, esse tom ameno não dispensa as críticas quando elas se fazem necessárias. Vimos, por exemplo, que, em relação à gramática prescritiva, a NGPB se distanciou do discurso homogêneo de que a língua deve ser vista como um padrão culto, ou seja, o discurso de que apenas uma variedade seja alvo do interesse linguístico.

No decorrer do trabalho, podemos notar que, apesar de nossos recortes textuais de análise serem *aparentemente* partes informativas e explanatórias das diferentes teorias, a NGPB já insere as suas contraposições e suas aproximações em relação aos outros discursos. Desse modo, ela toma posições acerca do que entende por língua e tece o caminho para a sua concepção da língua como um conjunto de sistemas, marcando assim um lugar na história das ideias gramaticais e linguísticas no Brasil.

Este trabalho fornece apenas elementos básicos para o estudo das novas posições de interpretação das gramáticas dos linguistas. Estamos convencidos de que existe a necessidade de sua ampliação para uma investigação mais detida, incluindo a investigação da própria gramática do Ataliba C. de Castilho, como também de outros linguistas-gramáticos brasileiros.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

BAGNO, Marcos. *A norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2ª ed. rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

CAMARA JR., J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 1985 [Texto original de 1970].

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

COSERIU, Eugênio. *Lições de linguística geral*. 15 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980 [Cursos realizados entre 1968 e 1971]

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008

GRIGOLETTO, Marisa. *A resistência das palavras: discurso e colonização britânica na Índia*. Campina, SP: Editora da Unicamp, 2002. p. 63-72.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos* – 2 ed. – Campinas, SP: Pontes, 2005.

SILVA, R. V. Mattos e. *Contradições no ensino de português*. 2. ed. São Paulo: Contexto; Salvador: Editora da UFBA, 1997.

## **ANEXOS**